

**ENSINO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
DE MEDICINA NO NORDESTE DO BRASIL**

**TEACHING ABOUT GENDER AND SEXUALITY AT PUBLIC MEDICAL
UNIVERSITIES IN NORTHEAST BRAZIL**

**ENSEÑANZA SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN UNIVERSIDADES MÉDICAS
PÚBLICAS DEL NORESTE DE BRASIL**

Catarina Sepini Pires Grilo

catarina.s.p.grilo@gmail.com

Graduanda em Medicina

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Álvaro Micael Duarte Fonseca

alvaroduarte@alu.uern.br

Psicólogo e Mestre em Saúde e Sociedade

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

José Antonio da Silva Júnior

antoniodasilva@alu.uern.br

Enfermeiro e Mestre em Saúde e Sociedade

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Rita de Cássia da Silva Medeiros

ritamedeiros@alu.uern.br

Assistente Social e Mestra em Saúde e Sociedade

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

ellanygurgel@uern.br

Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde

Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade (UERN)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO

O ensino na graduação de medicina tem, até os dias atuais, uma base cisheteronormativa, focando o aspecto biológico do sujeito e excluindo questões

A12-1

culturais, sociais e subjetivas, estas que são de extrema importância no processo do cuidado. Com isso, o estudo tem como objetivo analisar o ensino de gênero e sexualidade nas universidades públicas de medicina inseridas no Nordeste por meio do levantamento dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) que incluem a temática. Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo e de análise documental, realizado por meio da análise de PPCs, obtidos no sítio eletrônico, dos cursos de medicina das universidades públicas dos estados da região nordeste, entre setembro de 2022 a março de 2023. A amostra foi de 38 PPCs, sendo 27 (71,1%) de universidades federais e 11 (28,9%) de universidades estaduais. Observou-se que, dos 38 PPCs, 23 (60,5%) falam sobre gênero e sexualidade e 15 (39,5%) não tratam da temática, entre eles, 17 (74%) em disciplina obrigatória, 4 (17,3%) optativas e 2 em ambas (8,7%). Observou-se que 60,5% das universidades federais e estaduais do Nordeste citam a temática de gênero e/ou sexualidade nos PPCs dos cursos de medicina. Entende-se necessário que a temática seja inserida no ciclo básico e clínico do curso, para promover um olhar humanizado e integral aos pacientes, para além do corpo biológico.

Palavras-chave: Medicina. Graduação. LGBTQIA+. Saúde. Nordeste.

ABSTRACT

Teaching in undergraduate medicine has, to this day, a cis-heteronormative basis, focusing on the biological aspect of the subject and excluding cultural, social and subjective issues, which are extremely important in the care process. Therefore, the study aims to analyze the teaching of gender and sexuality in public medical universities located in the Northeast through a survey of Curricular Pedagogical Projects (PPCs) that include the theme. This is a cross-sectional descriptive and documentary analysis study, carried out through the analysis of PPCs, obtained on the website, from medical courses at public universities in the states of the northeast region, between September 2022 and March 2023. The sample consisted of 38 PPCs, 27 (71.1%) from federal universities and 11 (28.9%) from state universities. It was observed that of the 38 PPCs, 23 (60.5%) talk about gender and sexuality and 15 (39.5%) do not deal with the topic, among them, 17 (74%) in a mandatory subject, 4 (17.3%) optional and 2 in both (8.7%). It was observed that 60.5% of federal and state universities in the Northeast mention the topic of gender and/or sexuality in the PPCs of medical courses. It is necessary for the topic to be included in the basic and clinical cycle of the course, to promote a humanized and integral view of patients, beyond the biological body.

Keywords: Medicine. Graduation. LGBTQIA+. Health. North East.

RESUMEN

La enseñanza en la carrera de medicina tiene, hasta hoy, una base cisheteronormativa, centrándose en el aspecto biológico de la asignatura y excluyendo cuestiones culturales, sociales y subjetivas, de suma importancia en el proceso de atención. Por lo tanto, el estudio tiene como objetivo analizar la enseñanza de género y sexualidad en las universidades médicas públicas ubicadas en el Nordeste a través de una encuesta de Proyectos Pedagógicos Curriculares (PPC) que incluyen el tema. Se trata de un estudio descriptivo y de análisis documental transversal, realizado a través del análisis de los PPC, obtenidos en el sitio web, de carreras de medicina de universidades públicas de los estados de la región noreste, entre septiembre de 2022 y marzo de 2023. La muestra estuvo compuesta por 38 PPC, 27 (71,1%) de universidades federales y 11 (28,9%) de universidades estatales. Se observó que de los 38 PPC, 23 (60,5%) hablan sobre género y sexualidad y 15 (39,5%) no abordan el tema, entre ellos, 17 (74%) en una materia obligatoria, 4 (17,3%) opcional y 2 en ambos (8,7%). Se observó que el 60,5% de las universidades federales y estatales del Nordeste mencionan el tema de género y/o sexualidad en los PPC de las carreras de medicina. Es necesario que el tema sea incluido en el ciclo básico y clínico de la carrera, para promover una visión humanizada e integral del paciente, más allá del cuerpo biológico.

Palabras clave: Medicamento. Graduación. LGBTQIA+. Salud Noreste.

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero é atribuído às crianças com base em sua anatomia e/ou cromossomos, empregando o termo para abordar as categorias de homem/mulher, masculino/feminino ou as discrepâncias entre os sexos (GARG; ELSHIMY; MARWAHA, 2022). A estrutura social foi moldada de maneira a induzir os indivíduos a acreditarem que os papéis sociais e as performances associadas a eles são intrinsecamente ligados à sua anatomia (LAMBERT, 2019).

O gênero institucionalizado delinea a distribuição de poder entre os sexos masculino e feminino nas esferas políticas, educacionais e sociais (MAUVAIS-JARVIS et al., 2020). Contudo, entende-se o gênero não como uma expressão direta do sexo biológico, mas, sim, os significados culturais atribuídos aos corpos sexuados (BUTLER, 2018), sendo crucial transcender essa perspectiva, pois o gênero exhibe uma capacidade performativa, englobando as ações, palavras e emoções, revelando a própria identidade de gênero e a posição em relação ao outro (SOUZA JUNIOR, 2018).

Além disso, ao abordar a temática da sexualidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca uma definição complexa que engloba a interação de fatores biológicos, cognitivos, sociais, culturais e relacionais, independente do gênero atribuído ao nascimento (WHO, 2015). Adicionalmente, a sexualidade é concebida como uma questão mais abrangente do que meramente os atos sexuais; ela representa uma combinação de atração, pensamentos, fantasias e papéis sexuais (VENTRIGLIO; BHUGRA, 2019).

Conforme delineado por Foucault (1977), o binarismo sexual emerge concomitantemente à formação do capitalismo, estabelecendo a sexualidade como intrinsecamente vinculada à reprodução e submetendo-a a um controle normativo. Butler (2018) argumenta que o sexo não é uma categoria natural pré-determinada, mas uma construção cultural ativa. Assim, qualquer manifestação que se afaste dessa estrutura é relegada à margem da sociedade, sendo patologizada, uma vez que não se conforma anatomicamente e, em alguns casos, não contribui para o sistema reprodutivo.

Nesse sentido, destaca-se a importância de reconhecer os direitos humanos como prerrogativas fundamentais aplicáveis a todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, etnia, religião ou qualquer outra condição. Dessa forma, é imperativo assegurar que todas as pessoas que se identificam em diferentes grupos de variações sexuais usufruam plenamente dos

direitos humanos, sem sujeição a qualquer forma de discriminação (VENTRIGLIO; BHUGRA, 2019).

É socialmente crucial fomentar o debate acerca das questões de gênero e sexualidade, implementar políticas públicas embasadas em argumentos científicos, a fim de evitar que discursos fundamentais e preconceituosos prevaleçam sobre os direitos das pessoas marginalizadas perante práticas e discursos sociais cis-heteronormativos. A heteronormatividade, erroneamente concebida como a visão de que as pessoas escolhem conscientemente sua orientação sexual e identidade de gênero, perpetua de maneira inadequada a ideia na sociedade de que apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade são consideradas normais e adequadas (NORO, 2019).

A literatura científica evidencia que a abordagem nos estudos médicos frequentemente adota uma perspectiva heteronormativa, concentrando-se predominantemente nos aspectos biológicos e negligenciando considerações sociais e subjetivas que humanizam o paciente e desempenham um papel crucial no processo de cuidado. Nesse contexto, observa-se uma abordagem pontual do tema, onde a ênfase na dimensão biológica do ser humano prevalece, deixando de contemplar a totalidade do indivíduo e outros domínios do conhecimento (VAL et al., 2019).

Por um longo período, tem-se observado que a população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, entre outros) enfrenta desafios significativos ao buscar atendimento nos serviços de saúde brasileiros. A existência de barreiras no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos expressa diretamente a discriminação enfrentada por essa população em diversos contextos sociais, associada ao estigma social relacionado à orientação de gênero e identidade sexual (RAIMOND et al., 2020).

A inserção das temáticas LGBTQIA+ na grade curricular do ensino de medicina visa não apenas a fornecer conhecimento, mas também sensibilizar os futuros profissionais de saúde em relação às necessidades específicas dessa população.

Contudo, é importante ressaltar que essa inclusão representa apenas o ponto inicial para aprimorar o atendimento a grupos historicamente marginalizados. O aprimoramento contínuo é essencial, buscando identificar intervenções eficazes na modificação das atitudes dos profissionais de saúde (WAHLEN et al., 2020).

Cita-se, nesse processo de aprendizagem e atuação, a importância do conhecimento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), implementada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), considerada fundamental no embasamento de estudantes e profissionais da saúde, reconhecendo as necessidades específicas dessa população, diretrizes para a abordagem clínica, prestação de serviços de saúde adequados e, além disso, destaca a importância da sensibilização e capacitação contínua dos profissionais de saúde para as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero (BRASIL, 2013).

As considerações e aprofundamentos acerca da identidade de gênero e sexualidade, assim como os tópicos relacionados ao cuidado abrangente de indivíduos LGBTQIA+, precisam ser amplamente incorporadas nas discussões em salas de aula. Isso se justifica pela persistência do preconceito e da discriminação em diversos ambientes, incluindo o acadêmico e o de saúde, evidenciando as barreiras na implementação de componentes curriculares que abordem adequadamente esses temas (SANTOS, 2017).

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar o ensino de gênero e sexualidade nas instituições de ensino superior públicas de medicina localizadas na região Nordeste do Brasil, por meio da investigação e levantamento dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) que incorporam essas temáticas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo e de análise documental, realizado por meio da análise de PPCs, obtidos no sítio eletrônico, dos cursos de medicina das universidades públicas dos estados da região Nordeste, durante os meses de setembro do ano de 2022 a março de 2023. Foram considerados 38 PPCs de cursos de graduação em Medicina de 41 universidades públicas (estaduais e federais) da região Nordeste do Brasil.

A revisão dos PPCs encontrados foi realizada por meio da procura de palavras-chaves em toda a extensão dos documentos, principalmente nas ementas. As palavras foram: Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual. E, para análise quantitativa acerca do ensino de gênero e sexualidade contidas nos PPCs, foi criado um questionário para a coleta dos dados através do “Formulários Google”, em que após a busca e leitura, as informações eram coletadas, inseridas e salvas pelos autores.

O instrumento elaborado no formato on-line apresentava questões que solicitavam as seguintes informações das ementas dos 38 PPCs: Sigla da universidade; Estado; Estadual ou Federal; “Alguma parte do PPC fala sobre o assunto de gênero e/ou sexualidade?”, “É tema durante o ciclo básico ou ciclo clínico?”, “A temática está incluída no PPC como uma disciplina própria ou é tratada dentro de outra disciplina?”, “Se fala sobre a temática, é sobre gênero, sexualidade ou ambas?”, “É disciplina obrigatória ou optativa?”.

Os critérios de inclusão foram aqueles PPCs com acesso livre nas plataformas das universidades. Em contrapartida, os critérios de exclusão do estudo foram os PPCs que não estavam acessíveis na íntegra na plataforma dos sites das universidades.

O estudo teve como limitação a dificuldade de encontrar os PPCs de três universidades, em que um destes encontrava-se numa plataforma privada e com acesso somente para estudantes da universidade, os outros dois documentos não estavam anexados à página das universidades referidas.

Em relação aos aspectos éticos, a coleta de dados, por ser realizada através de dados de livre acesso, não necessitou de submissão a um Comitê de Ética de Pesquisas com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi de 38 PPCs, divididos pelos nove estados brasileiros do Nordeste. Dentre os PPCs, identificaram-se 27 (71,1%) sendo de universidades federais e 11 (28,9%) de universidades estaduais. Sendo o tema não abordado em 15 (55,6%) dos PPCs das universidades federais e abordado em todos os PPCs das universidades estaduais (Tabela 1).

Observou-se que, dos 38 PPCs, 23 (60,5%) falam sobre gênero e sexualidade e 15 (39,5%) não tratam da temática; entre eles, 17 (74%) em disciplina obrigatória, 4 (17,3%) optativas e 2 em ambas (8,7%) (Tabela 1).

Tabela 1. Dados fornecidos pelos PPCs do curso de medicina encontrados em sítios eletrônicos.

PPCs por estados do Nordeste brasileiro									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Univ. Estadual	1	5	0	0	0	3	0	1	0
Univ. Federal	2	6	3	4	3	3	2	3	2
Total	3	11	3	4	3	6	2	4	2
Presença da temática de gênero e/ou sexualidade									
Sim	2	9	1	1	1	5	1	1	2
Não	1	2	2	3	2	1	1	3	0
Natureza da disciplina que constam a temática									
Disciplina própria	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Inserido noutra Disciplina	2	8	1	1	1	4		1	2
Constam em ambas	-	-	-	-	-	1	1	-	-

Tipo da disciplina encontrados									
Obrigatória	2	7	1	1	-	4	-	-	2
Optativa	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Constam em ambas	-	1	-	-	1	1	1	-	-
Ciclo do curso no qual encontrou-se a temática									
Básico	-	2	-	-	-	-	1	1	-
Clínico	-	5	-	-	-	2	-	-	2
Ambos	2	2	1	1	1	3	-	-	-
Temática discutida na disciplina									
Sexualidade	-	4	1	-	-	1	-	-	2
Gênero	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ambos	2	4	-	1	1	4	1	1	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Sobre o ensino de gênero e sexualidade, foi pesquisado qual era especificamente a temática tratada nas disciplinas. Obteve-se que, ao analisar os 23 PPCs que citam os temas em seu conteúdo, apenas 1 falava somente sobre gênero, 8 somente sobre sexualidade e 14 sobre ambos os temas (Tabela 1), pensa-se que o maior enfoque dá-se à temática de sexualidade, principalmente por abordar esse assunto levando em consideração o aspecto biológico, relacionados às funções fisiológicas e patológicas de paciente.

O estudo mostrou que a temática é mais tratada no ciclo clínico quando comparado ao ciclo básico, contudo, 10 das universidades falam de gênero e sexualidade em ambos os ciclos. Ademais, em 20 universidades, a temática é tratada dentro de outra disciplina; em 1, é uma disciplina própria e, em 2 universidades, os temas aparecem tanto em disciplinas obrigatórias como em optativas (Tabela 1).

O autor Marinho (2014) ainda afirma que baseado em revisão bibliográfica e em sua pesquisa qualitativa sobre o ensino da sexualidade nos cursos médicos, levando em consideração aspectos da diversidade sexual, observa-se que é um tema ainda muito tratado dentro das patologias, sendo pouco abordado no campo da promoção dos direitos sexuais, da orientação sexual e identidade de gênero.

Mesmo os dados da pesquisa expõem que todas as universidades estaduais falam sobre a temática de gênero e sexualidade, observa-se que ela está, na maioria dos PPCs, incluída em outra disciplina, sendo, muitas vezes, tratada de forma exclusivamente biológica, no ensino heteronormativo, e não com a intenção de colocar a orientação de gênero e a população LGBTQIA+ como centro do debate e do ensino, como foi mostrado por Val (2019) em seu estudo, que, quando perguntados sobre o ensino médico, os discentes responderam que raramente ouviram sobre o assunto da sexualidade em suas diferentes dimensões.

O estudo americano de Obedin-Maliver *et al.* (2011) mostrou que, dos 132 reitores de educação médica das faculdades analisadas através de questionário, nove relataram zero hora ensinadas durante os anos pré-clínicos (ciclo básico) e 44 relataram zero hora durante os anos clínicos, sendo que a mediana relatada de tempo dedicado ao ensino de conteúdo relacionado a LGBTQIA+ em todo o currículo foi de 5 horas. Isso mostra que não é somente o Brasil que precisa melhorar a base curricular das escolas médicas, pois, apesar de estarem um passo à frente, os sul-americanos também obtêm resultados insatisfatórios em suas pesquisas.

Micheal e Marjadi (2018) relatam por meio do seu trabalho que uma técnica de aprendizagem híbrida, através de um workshop on-line, mostrou-se eficaz para o aprendizado seguro dos alunos da faculdade de medicina da Austrália. Esses alunos mostraram aumento do conhecimento e compreensão sobre gênero e sexualidade, o que proporcionou uma atitude sensível no atendimento ao paciente, evitando estereótipos e contemplando gêneros diversos.

Bourne *et al.* (2020) mostraram em seus estudos retrospectivos que programas como *Sex Ed da Brown Med*, aplicado em uma universidade dos Estados Unidos para alunos de medicina, se provaram eficientes e úteis para melhorar a capacidade destes estudantes de cuidar adequadamente da saúde sexual de seus pacientes, gerando conforto e confiança dos futuros médicos em discutir tópicos de saúde sexual com adolescentes e pacientes de todas as idades, enquanto aumentava o conhecimento

dos adolescentes sobre tópicos de saúde sexual. Assim, pensa-se que esse conhecimento também pode ser difundido por meio de outras estratégias que saem do espaço de sala de aula, mesmo compreendo a grande relevância desse espaço.

O estudo de Yang (2021) observou que a pesquisa de casos narrativos e escritos de alta qualidade, além de experiências de pessoas LGBTQIA+, são maneiras de desenvolver conhecimento, competência e habilidades sobre a temática. Os casos apresentados levaram os alunos a discutir e aprender sobre violência de gênero e atendimento médico LGBTQIA+, propondo ideias sobre como deveriam agir e ofertar cuidados.

É indispensável a adequação dos componentes curriculares à realidade do SUS, visualizando que a discussão sobre gênero e sexualidade é pertinente em uma sociedade onde preconceito e discriminação estão presentes em todos os lugares, seja no ambiente acadêmico ou de saúde (SANTOS, 2017).

Quando se observa o ambiente universitário, presencia-se, muitas vezes, a LGBTfobia, logo, o espaço que precisa ser público para a discussões de diversas temáticas, lugar de fala, de produção de conhecimento e experiências, rompe-se com o seu propósito, sendo necessário, então, potencializar a construção desse local seguro de discussões, com um ensino-aprendizagem inclusivo e integro ao sujeito (BORGES *et al.*, 2020). Nota-se, inclusive, a intensa necessidade dessa discussão também durante o ensino clínico da graduação, momento oportuno que o discente se encontra no espaço de saúde e vivencia diversas questões em que a temática atravessa sua atuação médica.

A revisão sistemática de Albuquerque *et al.* (2016) expôs que o acesso aos serviços de saúde pela população homossexual é dificultado devido à abordagem deficitária dos profissionais de saúde, pois percebe-se uma lacuna em sua formação quanto a temas relacionados à sexualidade e aos tabus sociais. Nos dados encontrados, evidencia-se que, em somente 24 PPCs, encontra-se a temática de

sexualidade em discussão, expressando uma ausência do conteúdo em 14 outros PPCs encontrados (Tabela 1).

A exclusão e marginalização que a população LGBTQIA+ encara nos serviços de saúde dá-se por motivos como a dificuldade de comunicação com os profissionais, medo de constrangimento ao expressar sexualidade ou sua identidade de gênero. Mostram-se necessários profissionais capacitados e sem comportamentos discriminatórios para o atendimento desse público (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016). Essa capacitação deve ter início na graduação, com o convívio com esses pacientes, entendendo as principais queixas e necessidades.

Há a necessidade da reformulação tanto quantitativa quanto qualitativa dos PPCs das universidades públicas de medicina, na intenção de fugir do padrão heteronormativo em que se estabeleceu e preparar o estudante de forma humanizada a acolher seu paciente como um todo, principalmente quando se trata de minorias excluídas dos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que 60,5% das universidades federais e estaduais na região Nordeste citam a temática de gênero e/ou sexualidade nos PPCs dos cursos de medicina. Apesar de apresentar uma boa relação com o tema nos PPCs das universidades, ainda precisa de um grande avanço para que se torne uma abordagem ideal, para tanto, percebe-se a necessidade da temática ser inserida no ciclo básico e clínico do curso, para que possam olhar os pacientes de forma humanizada e integralizada, para além do corpo biológico.

Há a marginalização dos grupos LGBTQIA+ nos estabelecimentos de saúde, seja por já terem sofrido algum tipo de discriminação, por perceberem que suas necessidades não são atendidas e/ou compreendidas pelos profissionais de saúde. A

A12-12

falta de formação e educação médica voltada a essa temática é uma das maiores responsáveis por essa ausência de cuidado em saúde.

Com isso, faz-se importante que novos estudos sejam desenvolvidos a respeito do ensino de gênero e sexualidade na graduação de medicina; seja de maneira obrigatória ou optativa, elaborando a melhor maneira de incluir a temática em sala de aula e fora dela, seja por meio de disciplinas, cursos, projetos de pesquisa e extensão, estágios, promovendo conhecimento e aproximação com as temáticas supracitadas e com o público-alvo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. A.; GARCIA, C. L.; QUIRINO, G. S.; ALVES, M. L. H.; BELÉM, J. M.; FIGUEIREDO, F. W. S.; PAIVA, L. S.; NASCIMENTO, V. B.; MACIEL, E. S.; VALENTI, V. E.; ABREU, L. C.; ADAMI, F. Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC International Health and Human Rights*, v. 16, n. 2, 2016.

BORGES, I. S. C.; VIEIRA, A. C. N.; OLIVEIRA, R. M.; SILVA, G. M.; RAIMONDI, G. A. Representatividade LGBTQ+ na Educação Médica e Covid-19: Construindo Redes de Cuidado e Solidariedade. *Revista brasileira de educação médica*, v.44, p. e0129, 2020.

BOURNE, S. J. F.; LEE, C. M.; TALIAFERRO, E.; ZHANG, A. Y.; DALOMBA, N. F.; PANTON, C.; ROBERTS, M. B.; MAGEE, S. Impact of Teaching Sexual Health Education on Medical Students. *Fam Med.*, v. 52, n. 7, p. 518-522, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

GARG, G.; ELSHIMY, G.; MARWAHA, R. Gender Dysphoria. Treasure Island: StatPearls, 2022.

RAIMOND, G. A.; ABREU, Y. R.; BORGES, I. M.; SILVA, G. B. M.; HATTORI, W. T.; PAULINO, D. B. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. Revista brasileira de educação médica. Minas Gerais, v. 44, n. 2, 2020.

LAMBERT, K. Sexe, genre, éthique. Médecine/sciences, v. 35, p. 565-70, 2019.

MARINHO, M. M. A. Análise da qualificação dos profissionais de saúde no âmbito da formação acadêmica dos estudantes de medicina de Brasília para o atendimento da população LGBT no SUS. 2014. Monografia. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

MAUVAIS-JARVIS, F.; MERS, N. B.; BARNES, P. J.; BRINTON, R. D.; CARRERO, J.; DEMEO, D. L.; VRIES, G. J.; EPPERSON, C. N.; GOVINDAN, R.; KLEIN, S. L.; LONARDO, A.; MAKI, P. M.; MCCULLOUGH, L. D.; REGITZ-ZAGROSEK, V.; REGENSTEINER, J. G.; RUBIN, J. B.; SANDBERG, K.; SUZUKI, A. Sex and gender: modifiers of health, disease, and medicine. The Lancet, v. 396, p. 565-582, 2020.

MICHEAL, S.; MARJADI, B. Blended learning to teach gender in medical school. Clin Teach, v. 15, n. 3, p. 208-213, 2018.

NORO, D. Diversidade sexual e de gênero na formação docente: a heteronormatividade diante das neurociências. 2019. Tese (Doutorado). Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

OBEDIN-MALIVER, J.; GOLDENSMITH, E. S.; STEWART, L.; WHITE, W.; TRAN, E.; BRENNAN, S.; WELLS, M.; FETTERMAN, D. M.; GARCIA, G.; LUNN, M. R. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender-Related Content in Undergraduate Medical Education. JAMA, v. 306, n. 9, p. 971-977, 2011.

SANTOS, G. B. S. Elaboração de um componente curricular sobre atenção à saúde da população LGBT em um Curso de Graduação em Medicina. 2017. Tese (mestrado), Ensino na saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

SOUZA JUNIOR, P. R. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTTQIS. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.

VAL, A. C.; MESQUITA, L. M.; ROCHA, V. A.; CANO-PRAIS, H. A.; RIBEIRO, G. M. "Nunca me falaram sobre isso!": Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, p. 108-118, 2019.

VENTRIGLIO, A.; BHUGRA, D. Sexuality in the 21st Century: Sexual Fluidity. East Asian Arch Psychiatry, v. 29, n. 1, p. 30-34, 2019.

WAHLEN, R.; BIZE, R.; WANG, J.; MERGLEN, A.; AMBRESIN, A. Medical students' knowledge of and attitudes towards LGBT people and their health care needs: Impact of a lecture on LGBT health. PLoS One, v. 15, n. 7, p. e0234743, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Sexual health, human rights and the law. Copenhagen: WHO, 2015.

YANG, H. C. Teaching LGBT+ Health and Gender Education to Future Doctors: Implementation of Case-Based Teaching. Int J Environ Res Public Health, v. 18, n. 16, p. 8429, 2021.